

## MILITÂNCIA LGBT, MEMÓRIA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: RECONSTRUINDO HISTÓRIAS DE RESISTÊNCIA A PARTIR DA PRODUÇÃO DE UM DOCUMENTÁRIO EM PALMAS/TOCANTINS\*

Bruna Andrade Irineu\*\*  
Mariana Meriqui Rodrigues\*\*\*

### Resumo

O projeto de extensão “Retratos do Tocantins homossexual: trajetórias de sujeitos políticos LGBT”, desenvolvido entre 2013 e 2014, através da Universidade Federal do Tocantins (UFT), culminou no documentário “Memórias (in)visíveis: retratos do Tocantins LGBT”. O vídeo traz à tona memórias sobre a história do movimento LGBT de Palmas através de entrevistas com quatro pessoas. A fundação do primeiro grupo de ativismo LGBT de Palmas, a primeira Parada do Orgulho e a inauguração da primeira boate GLS no estado se entrelaçam com o contexto de luta pela federalização da universidade estadual, com o processo de implantação da UFT e a expansão de Palmas. Corroboramos com ações que envolvam extensão universitária, cinema e memória para a preservação do patrimônio imaterial LGBT e a produção de registros historicamente negligenciados.

**Palavras-chave:** Gênero. Sexualidade. Extensão universitária. Memória. LGBT.

### LGBT militancy, memory and university extension: rebuilding of resistance stories from the production of a documentary on Palmas/Tocantins

### Abstract

The extension project “Pictures of homosexual Tocantins: political trajectories of LGBT person”, developed between 2013 and 2014, by the Federal University of Tocantins (UFT), culminated in documentary “Memórias (in)visíveis: retratos do Tocantins LGBT”. The video brings up memories about the history of LGBT movement of Palmas through interviews with four people. The foundation of the first Palmas LGBT advocacy group, the first Pride Parade and the opening of the first “GLS” nightclub in the state are interconnected with the context of the struggle for federalization State University, with the implementation process of the UFT and the expansion of Palmas. We believe that actions involving university extension, cinema and memory for preservation of intangible heritage LGBT and production records historically neglected.

**Keywords:** Gender. Sexuality. University extension. Memory. LGBT.

---

\* Agradecemos as diversas contribuições das estudantes de Comunicação Social, Pedro Thiago Macedo e Wanessa Botelho, que participaram como bolsistas de extensão no Projeto “Retratos do Tocantins Homossexual: trajetórias de sujeitos políticos LGBT”.

\*\* Professora do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins (UFT) e Coordenadora do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Sexualidade, Corporalidades e Direitos/UFT. Doutoranda em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

\*\*\* Pesquisadora do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Sexualidade, Corporalidades e Direitos/UFT. Mestranda em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal do Tocantins (UFT). Especialista em Gênero e Sexualidade pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Graduada em Relações Internacionais pelo Centro Universitário Ibero-Americano de São Paulo. Militante da Liga Brasileira de Lésbicas (LBL).

## Introdução

[...] Se muito vale o já feito,  
Mais vale o que será  
Mais vale o que será  
E o que foi feito é preciso  
Conhecer para melhor prosseguir  
Falo assim sem tristeza,  
Falo por acreditar  
Que é cobrando o que fomos  
Que nós iremos crescer  
[...] Nem vá dormir como pedra e esquecer  
O que foi feito de nós.

(Milton Nascimento - O que foi feito de vera)

Este texto reflete sobre militância LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais), memória e extensão universitária, a partir dos resultados do projeto de extensão “Retratos do Tocantins Homossexual: trajetórias de sujeitos políticos LGBT”, que se iniciou em 2013 e foi concluído em 2014, vinculado ao Núcleo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Sexualidade, Corporalidades e Direitos da Universidade Federal do Tocantins (UFT).

O projeto de extensão buscou contribuir para a preservação do patrimônio imaterial da população LGBT e para a disseminação da produção de conhecimento em gênero e sexualidade correlacionando academia e militância, a partir da produção de um documentário<sup>1</sup> audiovisual.

Sobre extensão universitária, Rossana Serrano (2015) afirma que este conceito, ao longo da história, passou por várias nuances e reformulações.

Da extensão cursos, à extensão serviço, à extensão assistencial, à extensão ‘redentora da função social da Universidade’, à extensão como mão dupla entre universidade e sociedade, à extensão cidadã, podemos identificar uma resignificação da extensão nas relações internas com os outros fazeres acadêmicos, e na sua relação com a comunidade em que está inserida. (SERRANO, 2015, p. 1).

Ancorada nas reflexões de Paulo Freire, que travou debate sobre o uso do termo extensão cuja ideia de extensão assistencialista já não aparecia no documento elaborado pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão no final dos anos de 1980. A Extensão Universitária passa a

ser compreendida como processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade (SERRANO, 2015).

O reconhecimento legal dessa atividade acadêmica, sua inclusão na Constituição e a organização do Fórum de Pró-Reitores de Extensão, no fim da década de 1980, deram à comunidade acadêmica as condições e o lugar para uma conceitualização precisa da extensão universitária, assim expressa no I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão: A Extensão é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequência: a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional; a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora desse processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social. (FÓRUM NACIONAL, 1987 apud SERRANO, 2015).

Em consonância, desenvolvemos a proposta de extensão que buscaremos relatar, descrever e avaliar neste texto visando apresentar os principais resultados que encontramos neste processo que envolve extensão e pesquisa.

Buscamos, entre os trabalhos de conclusão de curso na UFT, dados sobre a história do movimento LGBT e com exceção daqueles que foram orientados no âmbito do grupo de pesquisa no qual atuamos, que não refletem sobre a história do movimento LGBT no Tocantins, temos apenas uma dissertação do Programa de Pós-Graduação em Letras que menciona o nome da organização não governamental GIAMA, ao mencionar a resolução que regulamenta o uso de nome social por pessoas travestis e transexuais nas escolas do estado do Tocantins. Portanto, não detínhamos bibliografia local que pudéssemos consultar no processo de produção do documentário. Assim, fizemos uso de fontes audiovisuais como o documentário “Under the Rainbow”, que conta a história da primeira parada LGBT de Palmas, e de informações que obtivemos em nossas observações participantes junto ao movimento LGBT em Palmas, especialmente aquelas realizadas durante a II Conferência Estadual de Direitos Humanos LGBT (que ocorreu em 2011) e em nossa participação

<sup>1</sup> O projeto culminou na produção do documentário “Memórias (In)visíveis: retratos do Tocantins LGBT”, disponível no link: <<https://www.youtube.com/watch?v=kArjWm2Lo0g>>.

na Comissão Estadual de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos LGBT, vinculada à Secretaria Estadual de Defesa Social (criada em 2012).

Desta forma, dividimos o texto em alguns eixos: I) no primeiro, resgatamos um referencial teórico sobre memória LGBT e cinema LGBT a partir dos estudos feministas e queer; II) no segundo eixo, descrevemos o projeto de extensão, o guia de entrevista, o roteiro de edição e o perfil das/os entrevistadas/os que concederam depoimento para o documentário; III) e no último, trazemos os “achados” do projeto, buscando reconstruir a memória do movimento LGBT tocantinense, especialmente de Palmas, tendo compreensão dos limites que temos para cumprir com esta difícil tarefa em limitadas páginas.

Nossa pretensão não é esgotar esse debate neste artigo. Sabemos que uma história do movimento LGBT tocantinense merece maior atenção aos grupos do interior bem como aos processos de tensão e negociação entre ativismo, academia e gestão pública, por exemplo. O estudo que desenvolvemos atrelado à extensão ainda não se findou e vimos reunindo esforços para produzir essas memórias em linguagem audiovisual.

### **Memória LGBT e produção audiovisual na extensão universitária**

Quando decidimos investir na formulação de um projeto de extensão que versasse sobre memória e sujeitos LGBT, foi essencial levantar as produções bibliográficas e audiovisuais sobre esses temas no Brasil. Dentre os documentários, buscamos nos inspirar naqueles que privilegiassem a “escrita da história” e a “reapropriação do passado histórico”, no sentido aplicado sobre uso da memória por Paul Ricoeur (2014, p. 1).

Destacamos alguns trabalhos feitos por núcleos de pesquisa e grupos de ativismo LGBT ou em parceria conjunta disponíveis no *youtube*. Podemos citar os seguintes vídeos enquanto referências que consubstanciaram o projeto que desenvolvemos: “Meu tempo não parou: amor em tempos de Aids”, produzido pelo grupo Nuances, de Porto Alegre, no ano de 2008; “Homofobia, Lesbofobia e Transfobia”, produzido pelo Núcleo de Pesquisa NIGS, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em 2008, na I Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos LGBT; “Homofobia, não!”, produzido pelo Grupo

Universitário de Defesa da Diversidade Sexual – GUDDS em parceria com o NUH, núcleo de pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); e “Borboletas da Vida”, produzido pela Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids (ABIA) em 2008.

Naquele período, também nos chamou a atenção algumas primeiras publicações de resultados de pesquisas contando a história do movimento LGBT em regiões descentradas do eixo Rio-São Paulo, mais comumente relatado no centro da “história” do movimento LGBT brasileiro. Destacamos aqui os trabalhos de Camilo Braz e Luiz Mello (2012), Braz et al. (2013) e de Moisés López (2014), que recontam processos históricos dos ativismos LGBT em Goiás e Mato Grosso, respectivamente. A hegemonia do eixo Sul-Sudeste na produção de histórias e memórias reforça o lugar de criação de uma “história” e de outras histórias “periféricas”, reiterando, em grande medida, o que Chimamanda Adichie (2012) nomeou de o “perigo da história única”<sup>2</sup>.

Embora o estado do Tocantins se localize na região Norte do Brasil, há que se considerar sua proximidade com os estados da região Centro-Oeste. Vale ressaltar que, antes de ser criado, em 1988, a região na qual se localiza o Tocantins, fazia parte do estado de Goiás. Logo, não é possível pensar as construções históricas tocantinenses sem destacar este importante fato. Por consequência, é notório que os grupos do movimento LGBT de Goiás tivessem uma relação próxima com a primeira organização LGBT do Tocantins, como abordaremos adiante neste artigo.

Cabe mencionar que a retomada dos processos históricos dos movimentos sociais brasileiros tem se constituído, a partir dos anos de 1990, um campo de estudos e pesquisas consolidado (GOHN, 1997). No entanto, é indiscutível que o adensamento pelos trabalhos envolvendo produção audiovisual tem possibilitado, especialmente em tempos de internet e redes sociais, maior alcance dos processos de pesquisa e produção de

---

<sup>2</sup> Ao narrar sobre sua infância na Nigéria e seu precoce fascínio por literatura, ela nos conta sobre os efeitos dos livros que lia – geralmente livros britânicos – na construção de seu imaginário sobre o cotidiano. A produção destas histórias únicas está circunscrita em relações de poder. Para Adichie (2012, p. 3) “poder é a habilidade de não só contar a história de outra pessoa, mas de fazê-la a história definitiva daquela pessoa”.

memória política. Paul Pollak (2012, p. 3) ao analisar o impacto do filme “Holocausto”, afirma que “o filme-testemunho e documentário tornou-se um instrumento poderoso para os rearranjos sucessivos da memória coletiva [...]”.

A potência da produção da memória a partir da escrita de si ganha outras dimensões se a situação da entrevista e do testemunho tem a finalidade de um produto audiovisual. Pollak (2006, p. 74) destaca que a entrevista em si mesma, é “um momento de testemunho e de reconstrução da identidade para a pessoa entrevistada”. É, também, como pudemos constatar no projeto desenvolvido, um momento de reconhecimento individual e coletivo para com os sujeitos entrevistados e os grupos de militância dos quais participam.

Neste sentido, em diálogo com Alessandro Soares Silva (2012), em um trabalho no qual busca contribuir na produção de uma “memória política da homossexualidade” onde seja possível aos sujeitos LGBT sair dos “subterrâneos do esquecimento”, acreditamos que:

Construir uma memória política é um ato de resistência e de visibilidade que abre espaço para a implementação de uma sociedade verdadeiramente democrática e igualitária. Ainda há muito por fazer e por lutar, verificando-se lutas que ainda contribuem para o surgimento de novos oficialismos opressivos, geradores de novas formas de dominação-exploração. No entanto, é no processo de permanente reflexão que o jogo da memória coletiva nos possibilita a cada instante ressignificarmos a história, a realidade que nós conseguimos romper com a alienação da vida cotidiana, promovendo nesse espaço uma verdadeira revolução. No presente caso, construir uma memória política é trazer à luz, tornar públicas as múltiplas possibilidades de ser-no-mundo [...]. (SILVA, 2012, p. 99).

Neste empenho, temos visto projetos de âmbito nacional sendo construídos, como a Revista Memória LGBT<sup>3</sup>, lançada em 2013, vinculada ao projeto “Patrimônio Cultural LGBT e museus: mapeamento e potencialidades de memórias negligenciadas” e com apoio da Rede LGBT de Museologia Social, fundada em 2012.

Podemos mencionar, também, ações como o Museu da Diversidade Sexual, em São Paulo, criado em 2012, através de iniciativa da Secretaria Estadual de Cultura; o

Museu da Sexualidade, criado em 1998, através de iniciativa do Grupo Gay da Bahia (GGB); o Centro de Documentação Prof. Luiz Mott, criado em 2007 pelo Grupo Dignidade do Paraná, onde foram digitalizadas todas as edições do Jornal Lâmpião de Esquina – primeira publicação jornalística homossexual brasileira; e o processo de criação do catálogo virtual do acervo do grupo Ipê Rosa, em 2013, que envolveu parceria entre o núcleo de pesquisas Ser-Tão e o Centro de Informação, Documentação e Arquivo (Cidarq) da Universidade Federal de Goiás (UFG).

Recentemente, em agosto deste ano de 2015, no Seminário Internacional Desfazendo Gênero, em Salvador – BA, ocorreram dois minicursos comprometidos em discutir memória LGBT: “Memória e ação: histórico do movimento de lésbicas no Brasil”, organizado por ativistas e pesquisadoras lésbicas, e “Terreiros de memória: uma introdução à pesquisa da memória, da história e cultura LGBT brasileiras”, organizado por pesquisadores gays e editores da revista que citamos anteriormente. Em uma busca preliminar, utilizando o termo “memória LGBT”, na programação de eventos como Fazendo Gênero, Desfazendo Gênero, Enlaçando Sexualidades e Congresso da Associação Brasileira de Estudos da Homocultura (ABEH), apenas os minicursos acima foram encontrados, com exceção de alguns trabalhos sobre envelhecimento, memórias feministas e relatos sobre grupos de ativismo LGBT. Observa-se, então, que as ações de preservação da memória LGBT vêm se constituindo como área de atuação tanto para a academia quanto para o ativismo.

Recuperando as contribuições de Pollack (2006) sobre o cinema e a memória coletiva, que mencionamos anteriormente, é necessário salientar, também, os inúmeros festivais de cinema sobre gênero e sexualidade que têm surgido na última década no Brasil, como: “For Rainbown” e “Curta o Gênero”, que ocorrem em Fortaleza – Ceará; Rio Festival Gay de Cinema, que ocorre no Rio de Janeiro – RJ; “The New Queer Cinema”, que ocorreu no Brasil, pela primeira vez, este ano, em Salvador-BA, São Paulo-SP, Rio de Janeiro – RJ; além de inúmeras mostras universitárias (e de eventos acadêmicos como aqueles citados anteriormente) e mostras de cinema LGBT desenvolvidas por grupos de ativismo. É importante mencionar, também, a existência do mais antigo dos

<sup>3</sup> Para acessar a Revista Memória LGBT: <<http://www.memorialgbt.com/>>.

festivais brasileiros, o Mix Brasil, que está em sua 22ª edição e já circulou por diversas capitais brasileiras.

Karla Bessa (2007) afirma que, desde o final dos anos de 1970, quando ocorre o primeiro festival de cinema gay e lésbico de São Francisco, nos Estados Unidos, as dinâmicas de produção e exibição dos filmes mudaram significativamente, o que coloca a autora a questionar a “formatação-programação” destes festivais e o próprio “cinema LGBT”. A pesquisadora aponta a presença de produções com caráter “confessional” da homossexualidade e/ou com características de reiteração da “visibilidade” e da “autorrepresentação”. Apoiando-se em Judith Butler, Bessa (2007, p. 282) infere que a existência dessas produções com enfoque nas questões LGBT não resultaram, necessariamente, em filmes com propostas que subvertissem “o falocentrismo e a heterossexualidade compulsória”. Todavia, ela destaca que uma das principais características desses festivais era o “toque de politização”: ainda que não houvesse um comprometimento com a agenda do movimento LGBT existia neles uma “prática de conversa” e um “interesse formativo”. Consideramos que, em determinados contextos regionais ou formativos, esses processos de conversa ou mesmo produções audiovisuais focadas na identidade (e que, às vezes, incidem em discursos essencialistas) podem ser pedagógicos, ainda que não sejam suficientes para a superação da lógica assimilacionista denunciada pela crítica queer.

Em consonância, destacamos as reflexões de Santos et al. (2011) sobre o uso do cinema como pedagogia cultural e forma de intervenção no âmbito da formação profissional. As/os pesquisadoras/es relatam a experiência de uma mostra de cinema feita no curso de graduação em psicologia com debatedores previamente definidos entre o grupo discente e leituras obrigatórias precedentes à exibição dos filmes. A proposta foi desenvolvida com o objetivo de construir

possibilidades para a produção de uma reflexão ética a respeito das formas de se compreenderem as sexualidades não-heterossexuais que perpassam as ações (e as omissões) dos/as participantes presentes nos encontros no que diz respeito à maneira como se movimentam em um contexto social específico. Nesta direção, buscamos agir sobre a formação em psicologia ao estabelecer uma estratégia de intervenção no que podemos chamar de currículo paralelo (o qual engloba as ações de extensão, pesquisa, eventos, participação em associações estudantis etc.). (SANTOS et al., 2011, p. 134).

Desta forma, é perceptível a relevância de ações que envolvam cinema e memória, no campo da extensão universitária, especialmente quando estas correlacionam o debate de gênero e sexualidade. Há uma potência nesta articulação que vem sendo explorada pelos mais diversos agentes sociais no âmbito das lutas LGBT no Brasil. E, portanto, acreditamos que o projeto de extensão “Retratos do Tocantins Homossexual: trajetórias de sujeitos LGBT” corrobora com este cenário e com este esforço coletivo de possibilitar uma reflexão plural das sexualidades que escapam à heterossexualidade, ao produzir um documentário que reconstrói (ao menos, parcialmente) a memória de ativistas e artistas LGBT em Palmas, Tocantins na região Norte do país.

### **Sobre o projeto de extensão**

O projeto de extensão “Retratos do Tocantins homossexual: trajetórias de sujeitos políticos LGBT” foi realizado entre 2013 e 2014, objetivando produzir um documentário com foco na preservação da memória da população LGBT através de depoimentos de sujeitos cuja cidadania está alocada à margem do reconhecimento, com a particularidade de evidenciar a experiência da região Norte do Brasil – região historicamente expropriada de seus bens naturais. Através deste documentário, destacamos o “pânico moral” que marca a ausência de direitos LGBT e as constantes discriminações e violências que interpelam o cotidiano de sujeitos que escapam à rigidez do “imperativo heterossexual” (BUTLER, 2003). A assunção da orientação sexual é indicador determinante para o reconhecimento de si e para o deslocamento deste sujeito para a categoria “Outro”, que Butler (2003) definiu no âmbito da abjeção.

Neste projeto, buscou-se demonstrar os processos de sociabilidade e invisibilização de violências e violações de direitos, enfocando os fluxos de (i)migração de sujeitos que se autodeclaram homossexuais e LGBT para Palmas, capital do Tocantins. A pesquisa “Política, Direitos e Homofobia”, coordenada pelo Núcleo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Sexualidade, Corporalidades e Direitos, em 2010, verificou que os sujeitos que vivenciam as homossexualidades no interior do estado buscam migrar para a capital ou para regiões maiores, onde acreditam encontrar uma “abertura” maior para “existir”. Durante a execução do projeto, este dado

novamente se confirmou e foi o ponto de partida para a seleção dos sujeitos entrevistados, todavia, também observamos relatos que apontam a ida para Palmas como uma alternativa de refúgio dos processos desumanizadores das grandes metrópoles e, também, como uma reprodutora do gueto enquanto espaço possível para a sociabilidade LGBT.

A produção do documentário contou com o auxílio do Programa Institucional de Bolsas de Extensão em Artes (PIBEX/Artes) da UFT, financiando dois alunos da área de Comunicação Social que participaram desde a etapa de concepção do roteiro, produção, edição e finalização do documentário. Na primeira fase do projeto, foram realizados levantamento e estudo bibliográfico sobre as categorias: “movimento homossexual”, “homossexualidades”, “identidade sexual”, “sexualidade”, “gênero”, “movimento LGBT”, “subjetividade”, “homofobia” e “heteronormatividade”. Para tanto, utilizamos autores como Braz e Mello (2014), Facchini e Simões (2009), Gohn (1997), Butler (2003), Sedgwick (2007) e Foucault (1994) para subsidiar as reflexões durante a produção do documentário.

Posteriormente a este levantamento, traçamos a concepção do documentário e o roteiro do mesmo que

foi registrado junto à Biblioteca Nacional. Para finalizar esta etapa, buscamos, junto ao movimento social e pesquisadoras/es da temática, os sujeitos a entrevistar. Inicialmente, foram levantados 17 nomes, mas, por se tratar de uma proposta de curta-metragem, optamos por construir alguns critérios para reduzir o número de pessoas.

O primeiro critério utilizado para a seleção foi que o entrevistado deveria residir em Palmas desde o ano de 2003, ano em que foi realizada a primeira Parada do Orgulho Gay de Palmas, hoje chamada de Parada da Diversidade Sexual. O segundo critério foi garantir a paridade de gênero das pessoas a serem entrevistadas e, para tanto, utilizamos a autoatribuição da identidade. Para Silva (2007) e Hall (2006), o sistema de diferenças, cultura e linguagem está sempre em movimento enquanto prática de significação da identidade: a autoatribuição da identidade define não apenas aquilo que somos, mas, também, aquilo que não somos. É nessa relação de si com o outro que a identidade compõe uma disputa mais ampla por outros recursos simbólicos, materiais e territoriais da sociedade.

Com esses critérios iniciais, chegamos ao número de quatro pessoas, que podem ser identificadas no quadro de caracterização do perfil das pessoas entrevistadas.

Quadro 1 –Perfil das/os entrevistadas/os no documentário

Identificação	Identidade sexual	Idade	Profissão	Tempo em Palmas	Naturalidade
Entrevistada 1	Lésbica	28	Comunicadora	15 anos	Araguatins/TO
Entrevistado 2	Gay	45	Professor	20 anos	Belém/PA
Entrevistado 3	Gay	37	Professor/Advogado	16 anos	Dois Irmãos/TO
Entrevistadx 4	Gay/Drag Queen	28	Maquiador/Cabeleireiro	17 anos	Goiânia/GO

Fonte: Pesquisa Direta

Como observado no Quadro 1, nosso total de entrevistadas/os foi de quatro pessoas com trajetórias distintas percorridas até Palmas. A Entrevistada 1 se identifica enquanto lésbica; no ano de 2013, quando fizemos a entrevista, estava com 28 anos; é jornalista e comunicadora; chegou a Palmas ainda criança, com a família, aos 12 anos, vinda do interior do Tocantins. O Entrevistado 2 se identifica como gay; em 2013, nas entrevistas, tinha 45 anos; partiu da capital do Pará para ser professor universitário no interior do Tocantins e depois migrou para Palmas com a expansão da

universidade. Nascido em Dois irmãos, no interior do estado, quando ainda era Goiás, o Entrevistado 3, com 37 anos quando concedeu entrevista, é professor da rede pública estadual e também advogado; passou sua adolescência em Goiânia, chegando a Palmas para estudar e trabalhar. Por fim, a Entrevistada 4, com 28 anos, cabeleireiro, maquiador e *drag queen*, nascida na capital de Goiás, migrou para Palmas ainda na infância porém passou alguns anos na capital de São Paulo, retornando a Palmas e iniciando sua carreira artística.

A partir do entendimento da amplitude de memórias e histórias tão distintas, elaboramos um roteiro de entrevista que também balizou a edição do documentário. Posteriormente, nos aprofundamos sobre essas diversas trajetórias, na fase de gravação das entrevistas com os sujeitos selecionados na etapa anterior. Foram gravadas mais de 4 horas de entrevistas, que delimitamos na edição a partir de um recorte mais específico, o que nos fez arquivar uma parte do material coletado para exploração em momentos posteriores ao vídeo, como neste texto onde trazemos memórias que não estão expostas no vídeo.

O roteiro foi dividido em cinco partes: 1) apresentação e caracterização das/os entrevistadas/os; 2) a sua percepção da homossexualidade; 3) origem e conexões com o Tocantins e com Palmas; 4) sociabilidades e militância; 5) e, por fim, solicitamos que as/os entrevistadas/os destacassem entre aquelas “memórias vivas”, um retrato que simbolizasse aqueles momentos históricos e aquelas existências e resistências na sua relação com Palmas. Na concepção do roteiro, buscou-se dialogar com Néstor Perlongher quando este destaca a aceção de “código-território”, que indica a articulação entre identidade e territorialidade, onde os sujeitos se definem a partir das suas trajetórias:

Entrevimos, nas trajetórias marginais, em suas fugas, a trama de uma territorialidade itinerante que, sem deixar de inscrever-se no equivalente do capital, funciona em base à deriva desejante, e anuncia um outro funcionamento do desejo no campo social. (PERLONGHER, 2005, p. 287).

Após a finalização da edição, o documentário, com duração de 25 minutos, foi lançado em 2014 e disponibilizado no *youtube*, ferramenta que se articula bem com as estratégias de preservação do patrimônio histórico e a sua ampla divulgação. A primeira exibição local foi em um evento especial para o dia 17 de Maio intitulado “Baphão contra Homofobia”, no Museu Palacinho, em Palmas, com a participação de militantes do movimento LGBT e artistas, que apresentaram performances e debateram o vídeo. O vídeo também foi exibido na Mostra Artística do Congresso Internacional de Estudos da Homocultura (ABEH), em maio de 2014, e, no mesmo ano, concorreu no Festival CineMiragem, mostra tradicional de cinema que ocorre em Tocantins. O documentário foi premiado com o Troféu Miragem na categoria Melhor Curta Tocantinense pelo voto do júri popular.

## Reconstruindo a história do movimento LGBT em Tocantins

A identidade balizou a constituição inicial do movimento LGBT em âmbito global. Do princípio do reconhecimento dessas identidades nasceram as demandas por respeito à diversidade de orientação sexual e de identidade de gênero, conceitos estes que surgiram atrelados ao léxico político do ativismo LGBT (FACCHINI; SIMÕES, 2009).

Em nosso roteiro de entrevista para o documentário, privilegiamos o relato memorial sobre os processos que envolveram desde a percepção da homossexualidade ou transexualidade à assunção pública da mesma. É notória a “presença formadora do armário”, no sentido aplicado por Sedgwick (2007, p. 23), entre as/os quatro entrevistadas/os e os processos de negação do desejo até a insustentável necessidade de vivenciar a experiência homossexual marcam esses sujeitos de formas diferentes. A questão geracional foi um diferenciador no tempo/momento do assumir-se para a família, geralmente atrelado a um tempo posterior à saída da casa da família para estudar e/ou trabalhar, entre aqueles com idade superior a 40 anos. Já as entrevistadas com idade inferior a 30 anos foram surpreendidas pela descoberta espontânea ou pela incitação à confissão para a família ainda residindo na casa da mãe e/ou pai, tendo a saída de casa para trabalhar e/ou estudar como uma possibilidade de vivenciar a sexualidade com maior liberdade ou como única saída contra a discriminação familiar. O ato de assumir a homossexualidade se torna, então, “uma exposição ao mesmo tempo compulsória e proibida” (SEDGWICK, 2007, p. 24).

A migração para Palmas entre dois entrevistados ocorreu com estes já adultos e as outras duas ainda eram crianças ou adolescentes. Para aqueles que chegam adultos a Palmas, uma cidade nova – criada em 1989 –, seja vindo do interior do próprio estado ou da capital de um estado maior, marca a possibilidade para “tornar-se gay<sup>1</sup>”, ou seja, de viver o cotidiano fora do armário. A autonomia financeira em relação à família é destacada pelos dois entrevistados como uma condição para a constituição desta nova vivência identitária, especialmente quando não se teve a oportunidade ainda na metrópole (quando advindo de alguma delas a Palmas) de viver a sociabilidade do gueto LGBT.

<sup>1</sup> Analogia à compreensão de que “torna-se mulher” e “não se nasce mulher” da feminista Simone de Beauvoir.

Os mesmos entrevistados tiveram suas trajetórias com passagens por outras capitais e por cidades do interior do estado que ocorreram devido à transferência de cidade no trabalho ou por motivos envolvendo a militância sindical na educação. Um dos entrevistados rememora uma cena onde ele e seu companheiro, residentes em Tocantinópolis (região do Bico do Papagaio), em meados dos anos de 1990, circulavam assumidamente enquanto casal pelos espaços de sociabilidade religiosos da cidade:

*Nós ficávamos no momento ápice da celebração religiosa, nós ficávamos – eu e ele – dividindo o altar com os santos e os padres, ele no coral e eu fazendo as leituras litúrgicas. E todos os fiéis, principalmente as mulheres, achavam lindo. [...] uma representação no mínimo bizarra, porque entendem que ali é um casal gay, mas que é lindo porque é religioso.* (Entrevistado 2, gay e 45 anos).

A assimilação das normas que constituem o “imperativo heterossexual” (BUTLER, 2003) também atinge a população gay e lésbica. A vontade de se tornar aceitável socialmente tem sido nomeada como “homonormatividade”. Para João Manuel Oliveira (2013, p. 69) é, “uma modalidade particular da heteronormatividade”, onde a assimilação das normas de gênero e sexualidade ocorre “através de uma progressiva conformidade à heteronormatividade”. O pesquisador acredita que este conceito nos auxilia a compreender a forma como

a população LGBTIQ faz perdurar o legado da heteronormatividade no plano de uma cidadania voltada para o consumo num quadro neoliberal, na despolitização das reivindicações e no reforço do binarismo de gênero dentro da própria comunidade, constituindo assim uma hierarquização dentro dessa comunidade em termos de grau de aceitabilidade e de conformidade dos corpos às normas de gênero. (OLIVEIRA, 2013, p. 69).

A cidadania voltada para o consumo se evidencia quando tratamos da sociabilidade LGBT, especialmente marcada pelo gueto, em grande medida restrito a espaços privados como boates, saunas e bares. Em relação a Palmas, podemos verificar uma presença pequena de bares e boates, além das “pegações” na Praça dos Girassóis (menos usual para conversas e mais recorrente para situações de busca de sexo casual). Mais recentemente, após uma reforma no Parque Cesamar, este vem sendo utilizado para encontros de grupos de jovens LGBT.

As entrevistadas que cresceram em Palmas mas vieram do interior do estado ou da capital de um estado maior constituíram vivências diferentes das supracitadas, principalmente pela relação de dependência familiar devido à idade. Uma delas relata as dificuldades de enfrentar o preconceito da família e dos parentes da cidade natal interiorana – experiência que ela menciona como “traumática” devido à religiosidade da família –, enquanto a outra descreve a expulsão de casa – que ela considera ter sido “trash” –, o aprendizado da rua, as formas para a sobrevivência em uma metrópole como São Paulo e a escolha em retornar “bonita<sup>2</sup>” para Palmas.

Na medida em que relatam o momento em que se tornam jovens, as duas entrevistadas trazem memórias que recontam a noite e a sociabilidade LGBT em Palmas, recolocando as/os quatro entrevistadas/os em um mesmo espaço temporal, momento de surgimento das primeiras “baladas GLS<sup>3</sup>” e de luta pela federalização da universidade estadual do Tocantins – movimento estadual de luta pela democratização do ensino superior que ocorreu no início dos anos 2000 chamado “SOS Unitins”.

Neste contexto a implantação da Universidade Federal do Tocantins, em 2003, a fundação da primeira ONG LGBT de Palmas, em 2002, e a inauguração da Boate Dama de Paus (primeira do segmento na região), em 2003, se entrelaçam à história do movimento LGBT em Tocantins.

### **As primeiras organizações LGBT da capital do Tocantins**

O Grupo Ipê Amarelo pela Livre Orientação Sexual (GIAMA) foi fundado no ano de 2002. Segundo um dos entrevistados, o grupo inicial era composto de universitários e pessoas que trabalhavam na cidade, que se reuniam em uma casa no centro de Palmas onde moravam alguns gays, que ficou conhecida como a “Casa das 7 mulheres”, mesmo nome de uma novela que era exibida naquela época.

<sup>2</sup> O termo foi utilizado pela entrevistada para se referir ao processo de aprender a se “montar” Drag Queen e a performar como tal.

<sup>3</sup> GLS (Gays, Lésbicas e Simpatizantes) é uma sigla utilizada em espaços de mercado e consumo de frequência de pessoas LGBT e simpatizantes, que seriam heterossexuais simpáticos ao público LGBT.



*Como eu já era do movimento sindical e do movimento de direitos humanos, a gente fazia essas discussões. E nós começamos a nos reunir nas tardes de domingo, nós da casa e alguns convidados de fora. Aí um dia aconteceu um assassinato de um jornalista, que era amigo de um dos moradores, e ele estava muito revoltado e que essa situação não podia acontecer. Ele foi morto parece que pelo parceiro dele, não sei se foi um garoto de programa com uma faca. E a família deu e a imprensa naquela época, deu a versão de que ele caiu em cima da faca [...]. Nós achamos um absurdo, e falamos: gente nós precisamos criar uma entidade para olhar esse tipo de questão, para debater essas coisas e para que isso não aconteça, então vamos fundar uma associação gay do Tocantins. (Entrevistado 3, gay, 37 anos).*

Naquele momento, o grupo ficou com medo de que o nome da entidade expusesse o termo “gay” e isto pudesse afugentar quem quisesse se filiar. Portanto, escolheu-se utilizar o termo “livre orientação sexual”, bem como a sigla GIAMA.

Na penúltima eleição de diretoria do GIAMA, em 2008, contabilizou-se 201 filiados/as na entidade. Em 2011, a última diretoria foi eleita, porém, não finalizou seu mandato. Ainda em 2013, no período de gravação do documentário, acompanhamos a assembleia de dissolução da organização. Foram 10 anos de atuação no Tocantins, tornando-se uma entidade com visibilidade na região, especialmente pelo protagonismo na organização das paradas LGBT, pelas entrevistas junto à mídia local, nos casos de assassinatos homofóbicos, e pela relação em âmbito nacional junto à Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) à qual se filiou em novembro de 2003.

Diferentemente de outras regiões, o GIAMA não foi criado através do “Projeto Somos<sup>4</sup>”, como ocorreu com diversos grupos do interior de Goiás, segundo o estudo sobre a história do movimento LGBT em Goiás desenvolvida por Braz et al. (2013). Todavia, o grupo se

<sup>4</sup> O Projeto Somos foi criado em 1999 e ganhou esse nome em homenagem a primeira organização LGBT do Brasil. Ele foi idealizado pela ASICAL – Associação pela Saúde Integral e Cidadania na América Latina e no Caribe em parceria com ABGLT e o Programa Nacional de DST e Aids do Ministério da Saúde do Brasil. O objetivo deste projeto era fomentar a formação de novos grupos LGBT em todas as regiões geográficas do país, estimulando especialmente a prevenção à epidemia do hiv/aids, por meio de ações dirigidas a gays e HSH (homens que fazem sexo com homens). Posteriormente criou-se também o Projeto Somos Lés, que buscou capacitar exclusivamente as lésbicas. (BRAZ et. alii., 2013).

fortaleceu através deste projeto que visava também à capacitação da militância para elaboração de projetos e captação de recursos, como relataram alguns militantes na assembleia de dissolução do grupo, ao mencionar a importância do “Kit Somos”. O militante menciona: *“aquele material era ótimo, porque trazia inclusive um modelo de estatuto já prontinho”* (Entrevistado 3, gay, 37 anos). Braz et al. (2013, p. 17) destacam que, entre os militantes do interior de Goiás entrevistados em sua pesquisa, houve críticas ao Projeto Somos, por buscar “criar ONG a ‘toque de caixa’, não partindo ou dialogando diretamente com as necessidades e demandas locais”. Mas também existiram menções elogiosas ao projeto com apontamentos sobre a “utilidade” do que foi aprendido nas capacitações.

A dissolução do grupo se relaciona com o que foi identificado por Lopes (2014) e também por Braz et al. (2013) sobre a dificuldade de continuidade no trabalho da ONG, principalmente no tocante às questões burocráticas e financeiras que envolvem um grupo institucionalizado. Lopes, ao investigar a história do movimento LGBT no estado de Mato Grosso, reflete:

Apesar de parecer ter havido uma diversificação das Ongs que tem como foco a questão da identidade sexual no cenário mato-grossense, no entanto em conversas realizadas por mim com vários ativistas da Baixada Cuiabana, diversos ativistas reiteradamente apontam a dificuldade de manter uma estrutura mínima em funcionamento por parte deste movimento, quase todos assinalam um cenário no qual há uma dificuldade de formação e renovação dos quadros das ONGs que se veem sempre ‘reféns’ de um centralismo e de um personalismo marcado na figura fundadora dos grupos, a despeito da própria intenção destes ativistas [...]. (LOPES, 2014).

Em virtude de processos como o descrito acima, divergências e cisões ocorrem e novos grupos vão surgindo, o que é recorrente na arena dos movimentos sociais, não apenas no movimento LGBT (FACCHINI; SIMÕES, 2009). O TEAR, núcleo LGBT da UFT, criado em dezembro de 2006, surge do reconhecimento da necessidade de ampliação de atores sociais na área LGBT, em grande medida, por divergências com a militância dirigente desta única ONG LGBT em Palmas, e também de um momento onde a União Nacional dos Estudantes (UNE) assume o debate sobre diversidade sexual no âmbito do movimento estudantil. O contexto em questão é precedido pela realização de três edições de Encontros Universitários de Diversidade Sexual (ENUDES), que foram eventos centrais no surgimento

dos diversos grupos universitários de diversidade sexual em meados dos anos 2000. O grupo apresentava, em sua descrição de grupo online (naquele momento, as redes sociais não eram tão populares, tampouco o ciberativismo), o seguinte objetivo: “ser ponto de apoio ao estudante GLBT discriminado dentro e fora do espaço da universidade”<sup>5</sup>.

O grupo organizou o I Seminário de Diversidade Sexual da UFT, no ano de 2007, evento que marca o protagonismo discente na inserção desta temática na UFT, mas que não pode ser considerado o primeiro a debater este tema no ambiente universitário tocantinense, pois, como aponta o Entrevistado 2, ainda em 1998, quando a UFT ainda era Unitins, foi organizado, no Campus de Tocantinópolis, o Seminário do Dia Mundial de Combate ao Hiv/Aids, onde houve a palestra “Química do amor e a pedagogia da sexualidade”, talvez um dos primeiros momentos de abordagem deste debate naquela universidade estadual que hoje se tornou federal (neste processo, parte do corpo docente também foi federalizado e permanece até hoje na universidade).

O TEAR protagonizou momentos históricos na universidade, em seus quatro anos de existência. Cabe ressaltar, aqui, uma pré-Parada que finalizava após caminhar pelos corredores convocando as/os estudantes para a Parada, que aconteceria na mesma semana, na exposição da bandeira do arco-íris em um dos prédios do Campus de Palmas. O evento gerou protestos homofóbicos de estudantes dos cursos de Engenharia, que “queimaram a bandeira símbolo do movimento LGBT” (Entrevistada 1, lésbica, 28 anos).

A entrevistada menciona, ainda, que o surgimento desse primeiro grupo universitário ocorre especialmente vinculado ao processo de eleição do Diretório Central dos Estudantes (DCE), cuja chapa da qual fazia parte era composta por pessoas que apoiavam o debate de direitos humanos, os direitos LGBT, os feminismos e o movimento negro, obtendo, assim, uma grande rejeição nos cursos de exatas. Desta forma, cabe ressaltar que o grupo TEAR era composto por militantes que tinham vinculações partidárias, especialmente relacionadas ao Partido dos Trabalhadores (PT), o que motivou o fim do TEAR e a criação de outro grupo com uma perspectiva

suprapartidária e “com uma pegada artística e cultural” (Entrevistada 1, lésbica, 28 anos), o Movimento Universitário pela Diversidade Afetivo-Sexual (MUDAS)<sup>6</sup>.

*Eu acho que era interessante essa mudança de nome [de TEAR para MUDAS] para que todo mundo se sentisse fundador [...] você não estava chegando numa coisa pronta, você estava chegando numa coisa que você ia criar, mas basicamente ele [o MUDAS] funciona com o mesmo campo de relação [do TEAR].* (Entrevistada 1, lésbica, 28 anos).

O MUDAS foi criado no ano de 2010 e, nesses cinco anos, organizou atividades como “Cine-Debate” (atividade contínua), Rodas de Conversa (atividade contínua), Seminário sobre Visibilidade Trans (2015) e articulou com Centros Acadêmicos a oferta de uma disciplina optativa sobre Gênero e Sexualidade no Campus de Palmas. Todavia, foram ações fora da universidade que deram visibilidade ao coletivo. No ano de 2012, o grupo organizou um “beijaço”<sup>7</sup> em frente a uma boate onde houve um caso de homofobia contra um casal de lésbicas que se beijavam. No mesmo ano, o grupo participou da construção da Parada da Diversidade Sexual através da organização de um sarau no parque e organizou um protesto contra o deputado Marco Feliciano que, naquele momento, havia recém-assumido a Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal dos Deputados.

É inegável a contribuição da universidade no âmbito da luta pelos direitos LGBT, seja por via do protagonismo estudantil nos processos de militância ou pela contribuição em processos formativos, como aqueles desenvolvidos em disciplinas optativas ministradas pontualmente por determinados docentes, em cursos de extensão e em pesquisas.

Neste sentido, cabe ressaltar o protagonismo do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Sexualidade, Corporalidades e Direitos, criado em 2009, no Campus de Miracema, mas com ações registradas nos demais campi. A realização de diversos trabalhos voltados para o debate de gênero e diversidade sexual, como: a I, II e

<sup>5</sup> Descrição encontrado no website: <<http://www.grupos.com.br/group/tear>>.

<sup>6</sup> Atualmente, o grupo alterou o nome para Movimento Universitário pela Diversidade Sexual, mantendo a mesma sigla, porém retirando o termo “afetivo”.

<sup>7</sup> Forma de protesto bastante usual entre o movimento LGBT, em que se reúne um grupo para beijar, em protesto a alguma situação de violência contra a população LGBT frequentemente impedida de demonstrar afeto publicamente.

III Semana Universitária de Combate à Homofobia, no Campus de Miracema (2010, 2011 e 2013); o Seminário Políticas de Enfrentamento à Homofobia e Sexismo no Ambiente Escolar no Campus de Palmas (2010); o Seminário Educação, Gênero e Diversidade Sexual no Campus de Miracema (2011); o Seminário Segurança Pública, Sistema Prisional e Diversidade Sexual no Campus de Palmas (2013); o I Colóquio de Gênero e Diversidade Sexual no Campus de Miracema (2013); grupos de estudos sobre gênero e sexualidade nos Campus de Miracema e Palmas (2009, 2010, 2012, 2014 e 2015); cursos de extensão em Palmas, Miracema, Araguaína e Gurupi para militantes LGBT e profissionais da educação e da saúde (2009 a 2013); profissionais da segurança pública e sistema prisional (2013); curso de especialização em gênero e diversidade (2015); e as primeiras pesquisas a levantar dados no campo das políticas públicas para a população LGBT, como a I Pesquisa sobre “Homofobia, Violência e Direitos” na Parada do Orgulho LGBT (2010).

Este cenário também é composto por iniciativas de docentes vinculados a outros grupos de pesquisa, que desenvolvem pesquisas na área de Letras e Educação e que também se articulam em parceria com o núcleo supracitado nos cursos de extensão e especialização mencionados. Um exemplo disto foi a organização da Semana da Diversidade no Campus de Araguaína (2013), evento que precedeu a IV Parada do Orgulho LGBT de Araguaína, e que se somam a outras ações no “Bico do Papagaio”, como os Seminários sobre Educação, Gênero e Infância, que ocorreram, por oito edições, no Campus de Tocantinópolis.

Ressalta-se que outros seminários foram realizados fora do espaço acadêmico, como os Encontros Estaduais GLBT que o GIAMA realizou por três edições. Houve, também, mesas-redondas organizadas para debate nas semanas das paradas LGBT em Palmas, enfocando especialmente, discussões sobre saúde. A relação entre o movimento LGBT e a política de saúde vinculada ao Ministério da Saúde é destacada por Facchini e Simões (2009) como área que “investiu” neste movimento, tanto na formação e capacitação quanto no apoio às paradas do orgulho, sendo estas também apoiadas pelo Ministério da Cultura.

### **A primeira Parada do Orgulho, o beijo triplo na TV e outras manifestações no interior**

De acordo com Facchini e Simões, o movimento LGBT conseguiu algumas vitórias, contudo, enfrentou resistências enormes, especialmente no Poder Legislativo. Para estes pesquisadores:

[...] diante dos desafios tão formidáveis, as melhores esperanças provêm das imagens das paradas de orgulho LGBT, em que as diferenças se mostram e convivem de forma estimulante e pacífica no mesmo espaço público (2009, p. 153-159).

A primeira parada do orgulho LGBT de Palmas ocorreu no ano de 2003 e reuniu cerca de 400 pessoas. No documentário que produzimos, citamos o documentário intitulado “*Under the Rainbown*”, lançado em 2004, que se debruça sobre os acontecimentos da realização da I Parada do Orgulho GLBT de Palmas. O vídeo narra uma situação acerca da transmissão de uma reportagem sobre a parada em um jornal televisivo local, que foi feito sem cortes, em um primeiro momento de exibição, e demonstrou um beijo triplo envolvendo três gays e que foi um marco midiático da realização do evento. No entanto, a parada não ocorreu sem tensões, principalmente com a prefeitura municipal, como destaca um dos entrevistados:

*Quando nós chegamos no Parque Cesamar um dia antes o parque estava fechado, às escuras e a avenida que dava acesso ao parque estava com a luz dos postes apagadas. Ai pouco tempo antes da parada, liga alguém da prefeitura dizendo que não tinha sido aprovado o termino da parada no Parque Cesamar, porque estava em reforma. Bom... na verdade já tinha sido reinaugurado, mas mesmo assim eles proibiram [...]. (Entrevistado 3, gay, 37 anos).*

Outro entrevistado, que também participou da primeira parada, afirma que uma memória que ele recorda é o momento da manifestação passando numa das principais avenidas da cidade.

*Uma manifestação LGBT passando numa avenida, em que as pessoas... crianças e jovens correm para beira [da rua] para olhar quem está passando, o que está acontecendo... acho que é uma imagem bonita que eu gostaria de levar... (Entrevistado 2, gay, 45 anos).*

Neste sentido, ainda que existam críticas pertinentes ao atual formato das paradas LGBT, bastante vinculadas ao mercado e ao consumo, dizem Braz e Mello:

[...] é inegável a clara dimensão política decorrente do questionamento de determinadas convenções sociais hegemônicas que a saída às ruas, em plena luz do dia, de dezenas de milhares de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, e não apenas nas grandes metrópoles (ou, especialmente, em pequenas cidades) [...] (2012, p. 12-13).

As paradas do orgulho ocorreram até 2013, sendo organizadas pelo GIAMA, com temas articulados aos propostos na parada de São Paulo e com média de público de 7 mil pessoas, nos anos de 2009 a 2012. Já no ano de 2014, a parada foi organizada pelo grupo Kizomba Arco-Íris, coletivo partidário ao PT e vinculado ao movimento estudantil. No ano de 2015, após rompimento entre militantes deste coletivo partidário, que migraram para a União da Juventude Socialista (UJS), fundou-se o Coletivo LGBT do Tocantins. Os dois últimos anos mostram uma queda no número de participantes no evento, tendo reunido, em 2015, menos de 1 mil pessoas. O processo de construção da parada tem sido tensionado pelo MUDAS, desde sua fundação, para que houvesse a criação de uma comissão organizadora que reunisse todos os coletivos LGBT de Palmas. Todavia, não há concordância nesta proposição entre algumas redes de lésbicas que iniciaram seus trabalhos no estado mais recentemente, como a Liga Brasileira de Lésbicas (LBL), que atua desde 2013, e a Articulação Brasileira de Lésbicas (ABL), que surgiu em 2014, que questionam o formato atual da parada e o “gaycentrismo” da organização da parada, conforme temos observado nas reuniões de militância que temos acompanhado.

A parada em Tocantins conseguiu se interiorizar em um município ao norte do estado, Araguaína, que realizou sua primeira parada no ano de 2010, protagonizada pelo Grupo LGBT Afrodite e o Grupo de Gays que Amam a Vida (GGAV) e a sua quarta edição em 2013. Além de Araguaína, também ocorreu a Caminhada GLBT, em Porto Nacional, município vizinho a Palmas, no período do Carnaval de 2011, organizada pelo grupo Gays Levados a Sério (GLS), que foi criado nesse mesmo ano e ainda realizou mais uma edição do evento em 2012. Este coletivo existe virtualmente através de um grupo no *facebook* onde obtivemos algumas informações através de folders destas duas ações que foram compartilhadas.

As bandeiras e pautas destes grupos têm circunscrito a agenda nacional da militância LGBT. Na primeira parada de Palmas, em 2003, o enfoque foi dado à união

civil entre pessoas do mesmo sexo e o respeito à diversidade sexual. E, sete anos depois, na primeira parada de Araguaína, o lema da parada pedia uma cidade sem homofobia e sem Aids. Em 2011, a parada de Palmas utilizou o período eleitoral para encampar o tema: Vote contra a homofobia. Desde 2013, a parada de Palmas tem formulado seu tema em torno da demanda pela criminalização da homofobia. Desde a dissolução do GIAMA, os temas articulados na parada não seguem o movimento nacional. Em 2014, após pressão e tensionamento do movimento de travestis e transexuais de São Paulo, a parada de São Paulo trouxe como tema a aprovação do Projeto de Lei João Nery, que assegura uma lei de identidade de gênero. Já em 2015, a parada de São Paulo trouxe o tema “Eu nasci assim, eu cresci assim e vou ser sempre assim: respeitem-se”, que objetivou fazer frente ao fundamentalismo religioso brasileiro. Houve divergências com este tema cuja crítica apontava que a frase trazia uma perspectiva essencialista e biologicista à sexualidade.

As manifestações LGBT na capital e no interior impactam significativamente na cidade, como destacaram os entrevistados, ao refletirem sobre a importância da primeira parada orgulho de Palmas. As tensões e as divergências são constitutivas dos movimentos sociais, pois estes disputam identidades, estratégias, concepções de cidadania e projetos de sociedade. Como destacamos anteriormente, há uma sensação generalizada entre as/os ativistas de que há um refluxo interno no movimento (LÓPES, 2014; BRAZ et al., 2013), que também temos observado nas falas de militantes de Palmas. É recorrente ouvirmos da gestão pública, em reuniões entre sociedade civil e poder público para discutir políticas públicas, que “o movimento LGBT está parado, não tem participado” ou do próprio ativismo quando dizem “as pessoas LGBT preferem ir à boate do que ir para uma manifestação ou vir para uma reunião”. Neste sentido, concordamos com Facchini e Simões (2009, p. 158) quando afirmam que “o movimento se defronta ainda com o desafio de renovar as conexões entre os diversos mundos no interior do próprio universo LGBT”.

### **No avesso da noite de Palmas, eis que surge uma Dama de Paus**

As conexões e negociações entre ativismo LGBT e mercado GLS fazem parte da história do movimento

(FACCHINI; SIMÕES, 2009) e em Palmas também pode ser observado, em proporções menores que nas metrópoles. Os/as empresários/as do mercado GLS de Palmas, ao longo destes mais de 10 anos de manifestação, aparecem de forma destacada no cenário das paradas do orgulho desde sua segunda edição, seja como apoiadores, organizadores das festas de lançamento das paradas ou como financiadores de alguma parcela da parada. É importante mencionar a disputa pela diretoria do GIAMA, em uma das eleições que ocorreram antes da entidade se dissolver, entre um militante fundador do grupo e um empresário da noite GLS.

Antes de existir uma primeira boate GLS em Palmas, as pessoas faziam festas em residência pelo menos uma vez por mês, o que foi considerado como importante para um dos entrevistados, que compreendeu como um processo necessário até a chegada da primeira boate.

Entre as/os entrevistadas/os, as memórias sobre a noite de Palmas remetem à possibilidade de vivenciar a sexualidade livre do armário nas boates e bares. A primeira boate GLS de Palmas se chamava Dama de Paus e foi criada no ano de 2004. O espaço em que se instalou era uma antiga oficina mecânica em uma quadra de depósitos de lojas e salões de festas. Não havia climatização de ambiente durante quase todos os anos da boate; somente no último ano houve um investimento nisto, mas ainda assim, e no calor intenso de Palmas, a boate tinha um público cativo e até hoje é lembrada. Em todos os depoimentos se faz menção a uma estrutura pouco sofisticada, mas, ao mesmo tempo, um ambiente que contribuiu para a visibilidade LGBT e por ser um espaço com torneios, bem como a frequência de pessoas “simpatizantes”, que podiam, com aquele espaço, conviver com as pessoas LGBT.

*O meu primeiro show foi num espaço que nem era dentro da boate ainda, num espaço do lado de fora aonde eles montavam uma estrutura... para você ver até no cascalho, para você ver como quando as coisas são boas, quando você gosta de viver aquilo... era no cascalho, fazia lama e a gente não estava nem aí.* (Entrevistada 4, Drag Queen, 28 anos).

As memórias sobre esta primeira boate são muito marcantes na fala da entrevistada, que se apresentava como *drag queen* na casa, e para o entrevistado, que constituiu uma relação de amizade com o proprietário da boate. Este último relata que um dos problemas da boate

em não se constituir um espaço atualizado e moderno era o potencial pouco lucrativo imprimido pelo proprietário, que não se organizou desta forma, optando, muitas vezes, por trazer atrações nacionais, mas sem retorno de lucro. Também não havia uma intencionalidade em investir em uma estrutura melhor para a boate. Até que, no ano de 2010, a boate fechou as portas quando começaram a abrir outros empreendimentos GLS de maior porte na cidade.

A Dama de Paus reabriu em Araguaína, por um tempo curto, no ano de 2011, mas fechou as portas. Entre 2012 e 2013, o mesmo proprietário retornou a Palmas e abriu um bar chamado 77 Beer, que trazia música ao vivo. O bar se localizava em uma região de hotéis e uma área de pouca circulação onde mantinha um público frequente até se mudar para uma estrutura de boate também em uma região de hotéis e comércios diurnos, ficando aberta menos de um ano. Houve outro bar que também funcionou por pouco tempo e que abria esporadicamente com música ao vivo, chamado PMW, que funcionou entre 2009 e 2010.

No ano de 2010, é inaugurada a boate *The Casual Cave*, que seria então a primeira boate GLS climatizada de Palmas. Ela se mantém aberta nesses cinco anos e tem se relacionado com o ativismo LGBT nos períodos da parada do orgulho. Posteriormente, foi inaugurado, em 2011, o Bar Lanterna que, durante algum tempo, funcionou como bar e era gerenciado por um casal heterossexual. No ano de 2013, o Bar se tornou uma boate, sendo renomeado como Lanterna *Lounge Bar*, mudando-se para outro espaço, na mesma rua, em uma região central da cidade onde se localizam camelôs e lojas diuturnamente. Os empresários heterossexuais deixaram a administração da boate, que passou a ser gerenciado por um empresário gay. A boate também tem disputado o cenário da parada, em relação ao evento que lança a parada e o evento oficial da parada. Há uma concorrência entre as duas boates e há finais de semana em que um promotor gay local também realiza festas mensais ou bimestrais. Isto demonstra uma consolidação desses espaços noturnos na cidade, sem o temor de ser um lugar “gay” e com o investimento no discurso da cidadania pelo consumo.

As relações entre os grupos ou associações homossexuais e o mercado passaram a envolver interesses que tendem a ser convergentes, de modo que aqueles que apresentam determinados atributos identificáveis por tal ou qual

denominação passem a utilizá-la preferencialmente para se identificar como cidadãos e consumidores. (FACCHINI; SIMÕES, 2009, p. 149).

Desta forma, podemos observar em Palmas este tipo de discurso que Facchini e Simões (2009) mencionam ter sido tomado de empréstimo do ativismo pelo mercado, que remetem à ideia de “orgulho”, todavia vinculada a uma cidadania pelo consumo, como Oliveira (2013) nos chama a atenção. No entanto, Facchini e Simões (2009) também alertam para o processo inverso, onde o ativismo também tomou de empréstimo os símbolos das casas noturnas GLS, como os trios elétricos e *gogo boys* nas paradas.

Oliveira, ao refletir sobre as parcas conquistas LGBT no campo jurídico em Portugal utiliza o termo “cidadania de consolo”.

O tema do consolo, da necessidade de após as dificuldades inerentes a uma posição de sujeito discriminada e dominada, ao exercício de passar por heterossexual para evitar o estigma inerente a uma performance lésbica e da necessidade de privatizar os afetos encontra na formação social capitalista a possibilidade de consolação. É o próprio consumo de produtos ligados a uma identidade lésbica ou LGBTIQ comodificada, para usar um termo marxista, ou mercadorizada para usar um termo mais consentâneo com a língua portuguesa, que permite o acesso a uma cidadania sexual, vivida no privado, ligando as experiências pessoais com a possibilidade de aceder a outras experiências. (OLIVEIRA, 2014, p. 74).

Acreditamos que é preciso ir além de uma cidadania de consolo onde podemos ser quem somos apenas quando “pagamos” para ser. Se observarmos a geopolítica da cidade de Palmas, verificaremos, com rapidez, que as LGBT que residem no Taquaralto, Taquarí e nos Aurenny, bairros periféricos da cidade, pouco conseguem manter uma frequência nesses espaços de sociabilidade tanto pela falta de recursos financeiros para pagar a entrada ou o consumo quanto pela dificuldade de acessar esses lugares em uma cidade onde, praticamente, não existe qualquer mobilidade urbana.

### Considerações Finais

Palmas é a capital mais jovem do Brasil e umas das poucas capitais brasileiras que não possuem uma lei municipal de combate à discriminação por orientação sexual aprovada, embora já tivesse tido uma propositura que foi engavetada no ano de 2011.

As conferências estaduais e municipais de políticas públicas em Palmas e no estado do Tocantins não culminaram em um plano municipal ou estadual aprovado e implementado, ainda que, durante dois anos, uma comissão formada por poder público e sociedade civil tenha formulado o primeiro plano estadual de políticas públicas LGBT, que foi revogado uma semana após a sua aprovação, a partir de manifestações contrárias à aprovação pela bancada fundamentalista da base do governo naquele momento. O atual governo também não demonstrou qualquer esforço em republicar o plano estadual neste primeiro ano de mandato.

Em nível nacional, podemos elencar o retrocesso pela junção das pastas de mulheres, igualdade racial e direitos humanos em um único ministério, decisão recentemente comunicada, além de uma longa linha de retrocessos, que se iniciaram ainda no primeiro mandato da atual chefe de Estado, que vão desde o veto ao Kit Escola sem Homofobia, no ano de 2011, à revogação do “Comitê de Gênero”, no Ministério da Educação (MEC), com alteração para “Comitê de Combate à Discriminação”, neste ano de 2015, após pressão dos grupos religiosos.

Enquanto os retrocessos no Poder Executivo e no Poder Legislativo vêm se consolidando em nível federal, em âmbito estadual, podemos afirmar que se segue o mesmo caminho, tendo em vista a aprovação de uma moção de repúdio a um beijo lésbico entre idosas na novela da rede Globo e a retirada dos termos gênero e diversidade do Plano Estadual de Educação.

Cabe retomarmos Foucault (1994) quando afirma que não estamos livres de toda relação de poder em nenhum lugar, mas há sempre a possibilidade de mudar as coisas. A resistência obriga a mudarem as relações de poder. Em grande medida, os grupos que surgem na sociedade civil buscam resistir às formas de opressão e violências, alguns com perspectiva assimilacionista e outros com intenção de ruptura com a norma social vigente.

Na dinâmica social, novas estratégias vinculadas ao ciberativismo e a ocupação de espaços públicos com piqueniques vão surgindo, assim como o protagonismo de novos grupos na disputa da arena LGBT. Neste bojo, podemos mencionar, ainda, a criação do coletivo LésBiToca, em maio de 2014, reunindo lésbicas e mulheres bissexuais de Palmas, Miracema e Paraíso. Em um curto tempo, o grupo já esteve à frente de três ações

de grande visibilidade, como: a organização da vigília contra a revogação do Plano Estadual de Políticas Públicas e Direitos Humanos LGBT<sup>8</sup>, que ocorreu em setembro de 2014; o beijaço, na Assembleia Legislativa Estadual, contra a Moção de Repúdio ao beijo entre duas personagens lésbicas e idosas da novela da rede Globo aprovada na AL, que ocorreu em abril de 2015; e a campanha #merecusoaserinvisível, que reuniu fotografias de lésbicas em seus espaços de trabalho e lazer para o dia 29 de agosto, Dia Nacional da Visibilidade Lésbica.

No primeiro semestre do ano de 2015, também foi anunciada a criação da articulação local do Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT), que está situado em Araguaína. O grupo tem atuado na assessoria à Secretaria Estadual de Saúde para a criação de um serviço de atendimento às pessoas transexuais, que vem se desenvolvendo a partir da propositura de um protocolo de atendimento à população LGBT. Também foi criado, em Araguaína, neste ano, um coletivo universitário de diversidade sexual, intitulado “Flor de Pequi”. O grupo tem feito “cine debate”, rodas de conversa e seminários de formação, além de intervenções urbanas, como no dia da visibilidade lésbica.

Nosso interesse, neste texto, foi compartilhar a experiência de um projeto de extensão universitária engajado na produção de outras memórias das homossexualidades e transexualidades, a partir da iniciativa de preservar o patrimônio imaterial do movimento LGBT. Os usos das redes sociais e das novas tecnologias contribuem para uma divulgação ampla do vídeo produzido, com um alcance diferenciado daquele que teríamos se tivéssemos apostado apenas na estratégia de divulgar os resultados em periódicos científicos. Esperamos contribuir com os processos de visibilidade das memórias esquecidas e negligenciadas pela homofobia, inspirando outras propostas de extensão nas universidades.

Assim, corroboramos com Oliveira (2014) quando aponta a importância da crítica e recusa às “estratégias

<sup>8</sup> Este plano foi elaborado entre os anos de 2012 e 2014 por uma comissão formada pelo poder público e sociedade civil dentro da Secretaria de Defesa Social do estado do Tocantins. Em agosto de 2014, ele foi publicado e, em setembro, foi revogado por pressão de parlamentares fundamentalistas da base do governo estadual.

homonormativas de consolação”, que mencionamos anteriormente, faces da “economia política heteronormativa”. Acreditamos que preservar a memória e a história do movimento LGBT é essencial para que possamos conhecer o que foi feito, pois, conforme o trecho da música de Milton Nascimento que trouxemos como epígrafe inicial, “é cobrando o que fomos, que nós iremos crescer”.

## REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda. *O perigo da história única*. Tradução Erika Barbosa. 2012. Disponível em: <[http://www.osurbanitas.org/osurbanitas9/Chimamanda\\_Adichie.pdf](http://www.osurbanitas.org/osurbanitas9/Chimamanda_Adichie.pdf)>. Acesso em: 31 jan. 2012.
- BESSA, Karla. Os festivais GLBT de cinema e as mudanças estético-políticas na constituição da subjetividade. *Cad. Pagu*, Campinas, n. 28, p. 257-283, jun. 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-83332007000100012&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332007000100012&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 10 out. 2015.
- BRAZ, Camilo; MELLO, Luiz. “Éramos 9 gays, 20 policiais e a imprensa local”: narrativas (de) militantes sobre as paradas do Orgulho LGBT em Goiás. In: PASSAMANI, Guilherme Rodrigues (Org.). *(Contra)Pontos: ensaios de gênero, sexualidade e diversidade sexual: o combate à homofobia*. Campo Grande: Editora da UFMS, 2012.
- BRAZ, Camilo et al. Saindo de caixas, gavetas e pastas: uma experiência de articulação entre militância, arquivologia e ciências sociais na produção de memórias LGBT em Goiás. *Caderno Espaço Feminino*, Uberlândia, v. 26, n. 2, jul./dez. 2013.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- FACCHINI, Regina; SIMÕES, Júlio. *Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: Perseu Abramo, 2009.
- FOUCAULT, Michel. *Sexo, poder e a política da identidade* [entrevista]. Tradução Wanderson Flor do Nascimento. Traduzido a partir de FOUCAULT, M. *Dits et écrits*. Paris: Gallimard, 1994. p. 735-746.
- GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais – paradigmas clássico e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LOPES, Moisés. *O movimento LGBT da Baixada Cuiabana e a segmentação de identidades: algumas questões para reflexão e debate*. Disponível em: <[http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/GT5\\_Mois%C3%A9s%20Lopes.pdf](http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/GT5_Mois%C3%A9s%20Lopes.pdf)>. Acesso em: 22 ago. 2014.

OLIVEIRA, João Manuel. Cidadania sexual sob suspeita: uma meditação sobre as fundações homonormativas e neoliberais. *Psicologia & Sociedade*, v. 25, n. 1, 2013.

PERLONGHER, Néstor. Territórios marginais. In: GREEN, James; TRINDADE, Ronaldo. *Homossexualismo em São Paulo e outros escritos*. São Paulo: EDUNESP, 2005.

POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. 2006. Disponível em: <[http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria\\_esquecimento\\_silencio.pdf](http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf)>. Acesso em: 30 out. 2012.

RICOEUR, Paul. *Memória, história, esquecimento*. Disponível em: <[http://www.uc.pt/fluc/lif/publicacoes/textos\\_disponiveis\\_online/pdf/memoria\\_historia](http://www.uc.pt/fluc/lif/publicacoes/textos_disponiveis_online/pdf/memoria_historia)>. Acesso em: 21 jan. 2014.

SANTOS, Camila Backes dos et al. A diversidade sexual no ensino de Psicologia. O cinema como ferramenta de intervenção e pesquisa: El cine como herramienta de intervención e investigación. *Sex., Salud Soc. (Rio J.)*, Rio de Janeiro, n. 7, p. 127-141, abr. 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-64872011000200006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-64872011000200006&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 10 jan. 2015.

SEDGWICK, Eve. A epistemologia do armário. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 28, 2007.

SERRANO, Rosa Maria S. M. *Conceitos de extensão universitária: um diálogo com Paulo Freire*. Disponível em: <[http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/atividades/discussao/artigos/conceitos\\_de\\_extensao\\_universitaria.pdf](http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/atividades/discussao/artigos/conceitos_de_extensao_universitaria.pdf)>. Acesso em: 10 jan. 2015.

SILVA, Tomaz Tadeu. *Identidade e diferença: perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

SILVA, Alessandro S. Por um lugar ao sol: construindo a memória política da homossexualidade (ou: Homossexualidade: uma história dos vencidos?!). *Revista Bagoas*, Natal, v. 6, n. 8, 2012.